

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 871.316 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: ÁLVARO LINS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: MARIO ASSIS GONÇALVES FILHO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento de recurso extraordinário para o questionamento de alegadas violações à legislação infraconstitucional, sem que se discuta o seu sentido à luz da Constituição.

2. Hipótese em que, para dissentir da solução conferida pelo Tribunal de origem, é imprescindível uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constantes dos atos, o que é vedado na instância recursal extraordinária (Súmula 279/STF). Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

ARE 871316 AGR / RJ

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 871.316 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: ÁLVARO LINS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: MARIO ASSIS GONÇALVES FILHO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (Relator):

1. Trata-se de agravo regimental cujo objeto é decisão monocrática que negou provimento ao agravo (art. 544, § 4º, II, *a*, do CPC), sob o fundamento de que o caso se insere no âmbito infraconstitucional.

2. A parte agravante alega que o caso é de afronta direta à Constituição Federal, *“na medida em que o sigilo telefônico do Agravante foi violado contundentemente, as provas usadas para instruir o procedimento foram colhidas ilegalmente e, ainda, o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal foram desrespeitados”*.

3. É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 871.316 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. O agravo não deve ser provido. Isso porque a parte recorrente não traz novos argumentos suficientes para modificar a decisão ora agravada.

2. O Tribunal de origem entendeu que não houve qualquer ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo a Administração exercitado plenamente o seu poder-dever de investigar os fatos imputados ao agravante. Confirma-se o seguinte trecho do acórdão recorrido esclarecendo a questão:

“[...]

De se observar que no caso dos autos as interceptações telefônicas foram produzidas com autorização do Juiz competente e que o PAD foi inaugurado e teve seu transcurso marcado por provas documentais e reportagens jornalísticas, não se limitando a interceptação telefônica citada na inicial.

Por outro lado, não houve qualquer arranhão do direito ao contraditório e ampla defesa, pois os autos do PAD estão prenhes de demonstrações de que o apelante foi constantemente convocado a apresentar defesa e se manifestar sobre documentos, tudo com assistência de advocacia especializada.

[...].”

3. Dissentir das conclusões do Tribunal de origem demandaria a análise dos fatos e do material probatório constantes dos autos, o que não é possível neste momento processual, conforme a

ARE 871316 AGR / RJ

Súmula 279/STF. Nesse sentido, veja-se o seguinte precedente:

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279/STF. VIOLAÇÃO AO ART. 5º, XXXV E LV, DA CF. OFENSA CONSTITUCIONAL REFLEXA. ART. 93 DA LEI 8.213/91. INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.

AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.” (ARE 672.146-AgR, Rel. Min. Teori Zavaski)

4. Ademais, tal como assentou a decisão agravada, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento de recurso extraordinário para o questionamento de alegadas violações à legislação infraconstitucional, sem que se discuta o seu sentido à luz da Constituição. Nessa linha, veja-se a seguinte passagem da ementa do AI 839.837-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski:

“[...]

II - A jurisprudência desta Corte fixou-se no sentido de que a afronta aos princípios constitucionais da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, se dependente de reexame prévio de normas infraconstitucionais, em regra, seria indireta ou reflexa. Precedentes.”

5. Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 871.316

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

AGTE.(S) : ÁLVARO LINS DOS SANTOS

ADV.(A/S) : MARIO ASSIS GONÇALVES FILHO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma